

O TRABALHO POLICIAL MILITAR E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL

Thalita Amorim dos Santos, FCSMA

Núbia da Costa Almeida, FCSMA

Resumo

Esta pesquisa tem como foco a saúde mental do policial militar uma vez que o tema saúde e trabalho vem ocupando lugar de evidência tanto no âmbito da organização policial quanto nas universidades. Esta discussão abrangendo as questões de segurança pública tem destaque no contexto nacional, pondo em pauta a premência de problematização do ofício e das atribuições policiais. O contexto diário de risco aliado à rigidez da organização constitui parte da vivência laboral do trabalhador policial militar, correndo o risco de exposição para que essa categoria apresente um alto grau de vulnerabilidade quanto à produção de sofrimento psíquico. O objetivo deste estudo é destacar o valor da saúde mental do policial, compreendendo as vicissitudes da sua profissão. Constatou-se que elementos da organização policial militar podem impactar negativamente na saúde mental dos policiais tais como: a excessiva carga de trabalho, baixos salários, a rígida disciplina e a hierarquia militar. O trabalho é resultado de uma pesquisa de revisão bibliográfica, utilizando publicações científicas, como dissertações e artigos consultados nas bases eletrônicas de dados BVS, LILACS e SCIELO, utilizando os descritores trabalho e saúde mental, polícia militar e trabalho, polícia militar e saúde mental.

Palavras-chave: Polícia Militar; Saúde Mental; Trabalho; Saúde Mental e Trabalho.

Abstract

This work focuses on the mental health of the military police, once the topic of health and work has been occupying a prominent place both within the scope of the police organization and in universities. The discussion covering public security issues is highlighted in the national context, highlighting the urgency of problematizing the profession and police duties. The daily context of risk combined with the rigidity of the organization is part of the work experience of the military police worker, causing this category to present a high degree of vulnerability to the production of psychological suffering. The objective of this study is to defend the importance of valuing the mental health of this professional, understanding the vicissitudes of his profession. It was found that elements of the military police organization can negatively impact the mental health of the police, such as: excessive workload, low wages, rigid military discipline and hierarchy. The work is the result of research and bibliographic review using scientific publications, such as articles, dissertations, consulted in the electronic databases VHL, LILACS and SCIELO using the descriptors work and mental health, military police and labor, military police, and mental health.

Keywords: Military Police. Mental health. Job. Mental Health and Work.

Introdução

O sofrimento humano pode estar associado ao processo laboral e se faz necessário compreender suas causas, a fim de modificá-lo e reestruturar as possibilidades mais favoráveis ao processo de trabalho. A presente pesquisa tem como objetivo apontar para a importância do cuidado com a saúde mental do policial militar, envolvendo em nossa argumentação questões

de segurança pública, enfocando a necessidade de problematização do papel das instituições policiais.

A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos. Trata-se de um exercício laboral no qual se estabelece uma realidade muitas vezes pouco conhecida pela sociedade: a do policial-trabalhador cuja função legal seria a de proteger a população da violência e estabelecer a lei, mas o que muitas vezes acaba acontecendo é a reprodução do fenômeno da violência em larga escala, contra essa mesma população, por parte do agente policial, mais especificamente do policial militar.

Compreende-se, segundo Valla (1999), que a profissão do policial militar se distingue por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro. Analisando o contexto e as práticas profissionais que influenciam nas disfunções da saúde mental do policial militar e na construção de sua subjetividade, podemos constatar que o policial, como qualquer outro profissional que trabalha, também sofre de diversos problemas, tanto profissionais como pessoais e, além disso, tem vários atravessamentos, podendo melhor ser analisado, visto como sujeito, com suas afetações, emoções e subjetividades.

Outro ponto que se torna relevante são as prescrições que ultrapassam a instância formal do trabalho. Evidenciamos que esse trabalhador necessita analisar uma série de normas, e diretrizes que estabelecem minuciosamente quais devem ser as atitudes dos policiais, tanto no âmbito das realizações das atividades, como nas relações de vida desse profissional (OLIVEIRA e SANTOS, 2010).

Essas referências apontam para a presença de um código moral existente e pertinente ao trabalho do policial militar, uma vez que tais diretrizes remetem àquilo que é considerado correto ou incorreto com relação a ser um bom policial e mais: um bom cidadão. Assim, esse código moral, ao guiar a conduta e as formas de ser e existir dos policiais, atua como um significativo elemento na construção de subjetividade. A pesquisa se constitui na perspectiva do fazer policial, com centralidade do trabalho e suas especificidades que se articulam com a produção de adoecimento mental que o mesmo engendra. Em vista disso, a proposta deste estudo é justamente, destacar a pertinência do cuidado da saúde mental dessa classe de trabalhadores.

Método

Com o intuito de reunir informações e dados que servirão de base para a construção da investigação fundamentada na temática sobre a saúde mental dos Policiais Militares, a presente pesquisa configura-se a partir de um estudo de revisão bibliográfica averiguado em livros, artigos, e dissertações indexados em bases de dados científicos, tais como BVS- Rede da Biblioteca Virtual em Saúde, LILACS –Literatura Latino Americana e do Caribe e Scientific Electronic Library Online (SciELO) Brazil, utilizando os seguintes descritores: policial militar e saúde mental, trabalho e saúde mental, policial militar e trabalho. O critério de seleção do referencial bibliográfico foi realizado de acordo com o grau de relevância destes diante da temática principal e/ou dos subtemas relacionados. Não foi delimitado como corte o ano das publicações.

Fundamentação Teórica

No Brasil, podemos determinar formalmente a constituição da polícia harmonizando com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e com a vinda da Família Imperial. Naquele momento, suas atribuições estavam ligadas, sobretudo, à organização urbana, cuidando da existência de um clima agradável e livre de sujeitos “malquistos” à sociedade para, em última instância, perfazer a Corte. É com a Proclamação da República que a polícia adquire um caráter “profissional”, que provém da associação dos modelos francês e inglês, centralizado na defesa das classes dominantes (BICUDO, 1994). A lógica norteadora do sistema de segurança tinha um caráter mais de proteção interna e de defesa nacional do que atendimentos aos fins de segurança pública.

Para Sette Câmara (2002), o modelo de organização da Polícia Militar continua idêntico ao do exército com seus batalhões, companhias e pelotões e essa estrutura é adequada para o combate de guerra. Em um estudo sobre o sofrimento enfrentado pelos policiais, Minayo *et al.* (2008) salienta que a maioria dos policiais entrevistados relatou que se sentia em guerra, na mesma conjuntura se reflete que “as armas são de guerra, os apetrechos são de guerra, os comportamentos táticos são de guerra” (MINAYO *et al.* 2008, p.90). Esse modelo de Polícia atua em uma sociedade brasileira com particularidades que se distinguem daquela de algumas décadas atrás.

Com o desenvolvimento de “uma forte opinião pública” Minayo *et al.* (2008) comenta que as forças de segurança começaram a enfrentar críticas negativas numerosas e

evidentes ao seu desempenho, na medida em que não alcançavam estabelecer um plano eficaz de prevenção ao crime. Os autores ainda afirmam que a organização estabeleceu uma cultura corporativa de violência contra a população, matando impunemente, desrespeitando direitos e garantias individuais e ainda construindo “superbandidos” e “admitindo superpolíciais” (2008, p.53). Consequente, diante dos policiais, a população “responde com medo, arrogância ou crescente cinismo” (HOLLOWAY *apud* MINAYO *et al.*, 2008, p.53).

Segundo Freitas *et al.* (2015), durante décadas, em razão da imagem que se construiu da Polícia Militar como um órgão repressor a serviço do governo, muito longe de se tornar protetor de uma sociedade totalmente faminta por segurança, pouco se discutiu sobre a Polícia Militar em sua dimensão humana, na intenção de reunir homens e mulheres que estavam a serviço da segurança, representando e atendendo ao Estado. Contudo, há ainda hoje, o ponto de vista público negativo e um desprezo sobre esses profissionais, expresso pelas inúmeras categorias sociais e que se encontram dominantes na cultura. O resultado dessas opiniões deu aos policiais diversas consequências não apenas para o desempenho de suas atividades, mas também para sua saúde física e mental.

De acordo com Tittoni (1994), ao compreender o trabalho como concernente aos processos de saúde-doença, o autor propõe uma redefinição da noção de saúde mental que passa pelo questionamento das análises que consideram saúde e doença polos opostos, ao mesmo tempo em que busca redimensionar a dicotomia entre o normal e o patológico. Consoante, Amador (2002) afirma que saúde não pode constituir um estado, mas um processo dinâmico, e não linear. Tal ideia, segundo a autora, implica movimento, em sua conexão com o trabalho há uma permanente busca de equilíbrio, na qual o sujeito investe-se em consequência das tensões do mundo do trabalho, busca essa que se correlaciona à saúde, mais propriamente ao processo saúde/doença. Ao referir-se aos aspectos que envolvem tal pesquisa, a autora deixa claro que ao analisarmos essa interface entre saúde-doença relacionada ao trabalho tais perspectivas devem ser feitas também sob um olhar singular-coletivo, e não somente sob perspectivas centradas no indivíduo.

Em conformidade, Codo (1987) vai afirmar que o sofrimento psíquico e a doença mental manifestam-se tão somente quando afetam esferas da vida que são significativas, dotadas de um sentido e geradoras e transformadoras de significado. Devido a isso, recomenda-se também procurar as causas do sofrimento psíquico no trabalho, pois esta é uma atividade humana geradora de significados. Com base nos estudos de Dejours *et al.* (1994), o sofrimento psíquico no trabalho, compreende-se com o campo que dissocia a doença da saúde envolvendo

um estado de luta do sujeito contra as forças ligadas à organização do trabalho que o empurram em direção à doença mental. Assim, a questão não é aniquilar o sofrimento, e sim transformá-lo, sendo possível nele identificar uma bivalência, isto é, duas direções a seguir: uma que dirige para a doença (sofrimento patogênico) e outra que dirige para saúde (sofrimento criador). Os estudos estabelecidos nesse ponto de vista envolvem-se, então, da clareza dinâmica do sofrimento, a qual pode ou não estar ligada a quadros psicopatológicos figurados. Destacando a categoria dos policiais militares, perante este entendimento é possível afirmar, de acordo com Amador (2002), que a característica central do sofrimento desses trabalhadores se traduz na tentativa de se manterem continuamente em equilíbrio sobre uma linha tênue, a do sofrimento que separa o controle do descontrole (a saúde da loucura), um impasse subjetivo que é vivido diariamente pelo trabalhador policial, no seu exercício laboral, um impasse que se atribui ao controle, dos seus pensamentos, sentimentos, emoções e ações por ele empreendidas, devido a diversas características da organização do trabalho. Abordaremos tais características a seguir, no próximo capítulo.

Tendo como base o referencial teórico-metodológico da Psicodinâmica do Trabalho, que é uma das abordagens que coloca em evidência as formas de expressão de sofrimento e prazer advindos da inserção dos sujeitos no mundo do trabalho, a teoria firmada por Christophe Dejours pontua a necessidade de situar a relação entre saúde mental e trabalho dentro daquilo que a especifica como relação social (DEJOURS, 1994). A partir de pesquisas em Psicopatologia do Trabalho, Dejours (2004) constatou que, por vezes, não foi gerado nos trabalhadores um número maior de patologias mentais, mesmo diante das condições patogênicas de trabalho às quais estão submetidos. Para a surpresa de Dejours, os indivíduos que trabalham tendem a estar em melhores condições psíquicas do que aqueles que não trabalham. Esta certificação levou-o a acrescer seu núcleo de investigação para o campo da normalidade. É essa nova área que se destina a buscar a compreensão da complexidade das relações psíquicas envolvidas no processo de trabalho que ele denomina de Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 2004).

A descoberta demonstrou que os trabalhadores desenvolvem um conjunto de estratégias defensivas, individuais e coletivas, para se protegerem dos constrangimentos psíquicos impostos pelo trabalho. A normalidade aparece como consequência de uma conjunção entre o sofrimento e as defesas contra o mesmo. A doença surge quando se rompe o equilíbrio, e o sofrimento não é mais sustentado (LACMAN; JARDIM, 2004). Dejours (1997) convoca para uma distinção entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

O trabalho prescrito é aquilo que é apresentado aos trabalhadores como o que deve ser feito segundo normas e definições já estabelecidas cujas diretrizes são dadas considerando uma situação modelo, negligenciando as oscilações das situações de trabalho. Entretanto, trabalhar exige dar conta de uma vivência bem mais complexa do que aquela prevista pela regulamentação (BARBARINI, 2001). Trabalhar exige dar conta daquilo que se impõe aos trabalhadores independentemente dos acontecimentos ou variabilidades das situações de trabalho, as quais inclina ao trabalhador a tudo aquilo que foge à prescrição, esse é o campo do trabalho real (DEJOURS, 1997). No caso dos policiais militares, Minayo e Souza (2005) constataram uma discrepância entre o que é oficialmente determinado para sua função e o que a sociedade e a própria instituição exigem deles. A lacuna existente entre o prescrito e o extraoficialmente exigido é, segundo os autores, fonte de estresse e de sentimentos conflituosos aos policiais militares. A saúde e o prazer no trabalho participariam, inclusos nesta abordagem, justamente com a possibilidade de que os sujeitos negociem com a organização prescrita do trabalho sua inscrição no domínio do trabalho real. Isso se dá porque para Dejours (1987, p.40) o real do trabalho é “aquilo que se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico”. É nesse momento, do desafio imposto pelo real do trabalho, que se convoca a utilização de novas possibilidades de criação do sujeito, além das regras e normas já dadas pela organização prescrita do trabalho. E é assim, também, que vem a ser possível, segundo Amador (2000), conciliar a saúde dos trabalhadores com os interesses da produção, já que um trabalho de qualidade passa pela efetiva criação dos sujeitos no mundo laboral, o que apenas é possível se a eles é possibilitado transformar seu sofrimento. A saúde e o prazer se conectam na possibilidade de sair de um processo de repetição, criar e de resistir.

Consoante, Lacman e Jardim (2004) afirmam que o trabalho é gerador de sofrimento, na medida em confronto as pessoas com desafios externos, mas também é a oportunidade central de crescimento e de desenvolvimento psicossocial do adulto. Articulando com o trabalho do Policial Militar, Barcellos (1999), fundamentado na teoria da Psicodinâmica do trabalho, procurou investigar quais aspectos e os fatores ligados às condições e organização do trabalho que exercem influência sobre as vivências de sofrimento e prazer dos Policiais Militares em Porto Alegre/RS. Os resultados da investigação apontaram a precariedade das condições de trabalho, aliadas à rigidez como o trabalho se organiza. Os policiais constituem-se como agentes de sofrimento mental, o que se lança para além dos limites da atividade profissional, atingindo o espaço da vida particular.

O prazer no trabalho policial surge, muitas vezes, atrelado à adrenalina. De acordo com Minayo *et al.* (2008), os estudos realizados junto aos policiais militares confirmam que, em situações de perigo, o gosto da adrenalina no corpo se manifesta como fonte de prazer para alguns policiais, em suas rotinas. Minayo *et al.* (2008) ainda afirma que a atividade do policial militar precisa ser encarada em dois sentidos: um lado positivo e libertador, e outro negativo, que provoca muito sofrimento físico e emocional. Em entrevista nos seus estudos, um policial afirma: “os policiais gostam de sentir esse medo”. Embora sofra pela falta de reconhecimento social, “a verdade é que o policial ama a Polícia e ama a corporação. É apaixonado pela Polícia Militar, mas a Polícia Militar não gosta dele” (MINAYO *et al.* 2008, p.242). Possivelmente, é esse espírito em relação à missão e à vida profissional o que mantém forte o sentido corporativo e o prazer no trabalho acima de todos os riscos.

De acordo com Valla (1999), as normas que governam a atuação profissional do policial militar estão sob uma espécie de retidão moral, e os valores que coalescem essa moral, segundo o autor, são o patriotismo, o civismo, a hierarquia, a disciplina, o profissionalismo, a legalidade, a impessoalidade, a lealdade, a constância, o espírito de corpo, a honra, a dignidade, a honestidade e a coragem. Assim, nota-se que a deontologia do policial militar é constituída por deveres e obrigações que ultrapassam a esfera formal do trabalho. Por conseguinte, o autor declara que os princípios que regem a conduta do policial militar, a mesma que é cingida na disciplina e hierarquia, é fundamentalmente voltada para o cumprimento do dever, mesmo com o sacrifício da própria vida.

A hierarquia e a disciplina são a base institucional da polícia militar, delas deriva uma gama de prescrições e um sistema de punições e recompensas que incidem diretamente na execução do trabalho e nas relações que se estabelecem com os próprios policiais. O instituto de condecorações, segundo Minayo *et al.* (2008), as medalhas, elogios, proibições, repreensões e punições acompanham o sistema de classificações e atualiza sempre o lugar dos sujeitos na organização. De acordo com Minayo *et al.* (2008), a Polícia Militar, por ser uma organização hierarquicamente organizada e disciplinada, possui uma vida institucional rica em mitos, símbolos, insígnias e intensidade de visão corporativa. Os autores enfatizam que tais mecanismos informam a todo momento ao corpo de policiais sobre o que é a estrutura militar, quem pode dirigi-la e quem deve obedecer. Do comandante geral ao último dos soldados, todos têm atribuições e deveres determinados pelos postos e graduações que ocupam. Consoante, Spode (2004) acrescenta que as manifestações da hierarquia e disciplina policial-militar se dão, essencialmente, através do respeito à dignidade humana, à cidadania, à justiça,

legalidade democrática à coisa pública, nas quais devem ser mantidas não somente os servidores da ativa, mas também os reservas e reformados. Existe também outro documento que se ocupa de forma direta das questões relativas ao cumprimento das prescrições e manutenção dos princípios da hierarquia e disciplina e, de forma consistente, classifica as transgressões disciplinares: é o Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares (RDMS) cuja finalidade é a de “tipificar as transgressões disciplinares e regular as sanções administrativas correspondentes, os recursos, o comportamento e as recompensas policiais militares” (Art.1º).

Ao abordar as formações grupais e seus efeitos na organização policial-militar, Moreira *et al.* (1999) declaram que tais organizações exprimem particularidades que devem ser levadas em consideração, já que contêm em si regras de convivências e ideias que delimitam as relações de trabalho e que tem relevante influência no psiquismo de seus integrantes. As autoras ratificam que, ao ingressarem na Polícia Militar, os indivíduos são persuadidos a se despojarem de valores e crenças pessoais, para incorporarem os valores sugeridos pelos regulamentos da instituição. Primeiramente, os policiais percebem o impacto das regras na convivência social interna, onde as relações começam a ter uma nova roupagem e são revestidas por medo, de receio do erro e de tudo que ele pode acarretar. As autoras enfatizam que a formação do policial militar é transpassada por um ideal de homem que, por consequência, ergue-se sob princípios rígidos. Além dos ideais disseminados, da padronização das condutas, comportamentos, atos e fardamentos, encaminham para uma dificuldade de diferenciação daquilo que é individual e singular. No caso dos policiais militares, existe uma força que pressiona e impõe uma coesão grupal, como mecanismo e meio para tal, como exemplo disso aparecem o Regulamento Disciplinar, o Código Penal Militar e todos os documentos doutrinários e normativos existentes.

Compreendemos então o caráter disciplinar e hierárquico da instituição policial que deixa os “ambientes fechados” para assim se apresentarem como processos flexíveis e suscetíveis ao maior controle possível. Para Foucault (2013), a disciplina produz indivíduos através da utilização de instrumentos como: olhar hierárquico, a sanção normalizadora, e sua combinação no procedimento que é o exame. O exame, segundo Foucault, surge como um controle normatizante que permite qualificar, classificar e punir. A instituição policial compara, diferencia, hierarquiza, exclui, iguala, ou seja, age através de uma normatização, de um controle de atividades, de um controle de tempo e até dos corpos. E ainda segundo Foucault, “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade e utilidade são o que podemos

chamar de disciplinas” (FOUCAULT, 2013, p. 133). Por conseguinte, Dejours (1987) afirma que a exploração do corpo sempre passa por uma neutralização prévia da vida mental através da estruturação do trabalho e, ainda, a submissão do corpo só é possível por meio de uma ação específica sobre os processos psíquicos. Tornar um corpo dócil não é algo tão simples, pois, segundo Dejours, estamos submetidos à “personalidade”, e uma desapropriação do corpo acontece quando existe uma ação de “despersonalização” realizada pela própria organização do trabalho, como já citado. Esse mecanismo imposto pela instituição do trabalho resulta em efeitos sobre a vida mental de uma grande parte da população trabalhadora: “é o sentimento de esclerose mental, paralisia da imaginação, regressão intelectual. De certo modo, de despersonalização” (DEIJOUS, 1987, p.78).

De acordo com Costa (2004), a ideologia do militarismo precisa ser desconstruída e desvalorizada como norteadora das práticas e ações dos profissionais de segurança pública. A proposta de um novo modelo de polícia deve começar por um projeto político pedagógico que reconheça novas referências metodológicas ao período em que vivemos hoje na segurança pública, visto que os quartéis e estruturas militares constroem a ideia de um “policial agressivo” e da existência de um adversário da sociedade a ser abatido. A reforma da polícia aparece como um caminho, segundo Minayo *et al.* (2008), para uma mudança na instituição. A autora afirma que para tal mecanismo ter sucesso, ele precisa ser padronizado e legitimado pelos vários setores do aparelho de Estado e afirmado na experiência e na rotina cotidiana dos policiais militares. No mesmo sentido, ao trabalho laboral do policial compete algumas características que acarretam seus colaboradores a cruzarem uma linha frágil entre o controle e o descontrole. Entre tais características é possível citar: a minuciosidade das prescrições laborais, o contexto diário de perigo e risco, a rigorosa separação entre quem pensa e quem executa, o sistema de vigilância estabelecido entre os próprios policiais, o controle da organização do trabalho atingindo a esfera familiar, a ausência de um produto de trabalho dada a falência dos órgãos públicos, entre outras (AMADOR, 2000).

Resultados e Discussões

A partir da busca nas bases de dados, foram encontradas 78 produções (soma de artigos acadêmicos categorizados em bases diferentes). Após triagem com base em uma leitura com enfoque na centralidade do tema de saúde mental e do trabalhador para o público-alvo do estudo foram selecionados 28 artigos, 03 dissertações de mestrado e 03 livros.

Foram identificadas como uma das principais fontes de sofrimento mental para essa classe de trabalhadores a hierarquia e a disciplina. No seu estudo sobre a relação policial com a hierarquia, Minayo *et al.* (2008), após várias entrevistas com soldados, descreve que as relações interpessoais são marcadas por ansiedade e sofrimento. O processo de trabalho do policial é reafirmado como perigoso, por estar cotidianamente inserido em uma lógica de combate desgastante, que leva os profissionais a ficarem mais horas do que podem suportar sem comer, carregando excesso de peso (munição-equipamento) e sem descanso. Além disso, apresenta-se um engessamento das relações com os superiores, a fala de um cabo exemplifica: “e por vezes humilhado, alguns superiores não nos respeitam nem como profissionais e nem como homens” (MINAYO *et al.* 2008, p.149). O mesmo diz:

O maior problema nas condições de trabalho são os nossos comandantes. Nós somos punidos com privação de nossa liberdade, com ofensas, humilhações, devido às faltas pequenas, como estar com o coturno sujo depois da jornada de trabalho, tirar o chapéu num dia quente, chegar alguns minutos atrasado, devido aos constantes congestionamentos no trânsito ou estar com a barba aparecendo depois de 12 horas de serviço. Muitas vezes, os nossos comandantes não querem nem escutar as nossas explicações. Tiram-nos do convívio de nossos familiares. (MINAYO *et al.* 2008, p.149)

Minayo *et al.* (2008) constata, através da pesquisa, que uma das conjunturas que são causadoras de sofrimento dessa classe está, de forma clara, afetada pelas relações hierárquicas. Um fato que se mostra interessante é uma das punições citadas pelo entrevistado, quando o mesmo afirma: “Tiram-nos do convívio de nossos familiares”, o que se reflete na prisão e detenção do policial pelos seus superiores, embasada pelo regulamento disciplinar da Polícia Militar. Essa lógica, segundo Minayo *et al.* (2008), reverbera na prática profissional do policial em sociedade com o “elemento suspeito”, quando o policial é acusado de prender ou executar juízo antes mesmo de investigar o sujeito. Ademais, Dejours (1987) salienta sobre o sofrimento psíquico vivido por outras categorias em suas relações hierárquicas de trabalho, o mesmo aparece como uma arma de que se servem os chefes, a bel prazer da própria agressividade, hostilidade ou perversidade. O autor também salienta que essa instância aparece como algo significativo na relação saúde e trabalho.

Evidencia-se o elevado custo ao psiquismo encontrado no exercício das atividades ocupacionais dos policiais militares, levando seus executores a criarem uma enxurrada de mecanismos reativos e defensivos, de maneira a continuar trabalhando nos limites entre a falta de compensação psíquica e a saúde mental. A violência policial surge como parte desses

mecanismos, expressando o sofrimento psíquico dos policiais, constituindo no território de violência da organização do trabalho (SPODE, 2004). Em harmonia com Amador (2000), existe um discurso que reforça a virilidade e a substituição da agressividade pela violência, como uma capacidade subjetiva útil e conveniente para o exercício do trabalho policial. “Dito de outro modo, o policial, para se sentir “verdadeiramente” policial demonstra necessidade de situações de violência em seu trabalho e, talvez, por esta razão, em determinadas situações, as promova em detrimento de preveni-las.” (AMADOR, 2000, p.53).

Os policiais vivem frequentemente situações de risco, de acordo com Minayo *et al.* (2008), existe uma experiência muito particular de proximidade com a morte que se reatualiza a cada dia, assim como a cada morte de um colega os confronta com a fragilidade da sua própria vida, em vista disso, muitos consideram seu posto de trabalho como uma verdadeira “sentença de morte” (MINAYO *et al.* 2008, p.200). No Brasil, o número de policiais que tira a própria vida é maior que os que morrem em serviço. Segundo o relatório anual do Fórum Brasileiro de Segurança pública, divulgado em outubro de 2020, no ano de 2019, 65 policiais militares e 26 civis cometeram suicídio, simultaneamente o número de policiais militares mortos em serviço foi de 56 e o de policiais civis 16. Os números podem ser ainda maiores por falta de levantamento de dados do poder público. O relatório ainda afirma que os estudos demonstram um aumento de suicídio entre os integrantes de corporações policiais no Brasil, e que isso é um problema grave, por conseguinte deve ser objeto de atenção e preocupação da sociedade civil e poder público.

Miranda (2016), sobre os suicídios dos policiais, afirma: “Um sofrimento psíquico que atormenta e pode inverter o sentido do conflito, porque a guerra, como violência extrema, tem o condão de apagar qualquer ideia de finalidade, inclusive a finalidade de viver.” (MIRANDA, 2016, p.16). Sem a permissão cultural para se sentirem fragilizados e temerosos perante as situações de risco, os policiais criam mecanismos de defesa, Dejours (1987) apresenta a negação, o escárnio do medo, a supervalorização da virilidade e o consumo de substâncias como formas mais comuns de resistência.

Para Santos *et al.* (2019) existe uma instituição extremamente rígida e que cobra e exige um alto desempenho, disciplina e até certa imparcialidade desse policial e por outro lado existe a sociedade que enxerga esse profissional cheio de estereótipos, conseqüentemente tratando-os com hostilidade e reforçando a produção de doenças psíquicas. Barbosa *et al.* (2018) considera importante o entendimento da diferença crucial que ocorre sobre a profissão

do policial, que é o fato do mesmo não ter espaço para externar seus sentimentos, pressões e frustrações, e se coloca sempre no *éthos* de servir e proteger.

Oliveira e Santos (2010) afirmam que as corporações militares em sua grande maioria não possuem em seu quadro de funcionários um psicólogo para atuação no âmbito de trabalho dos policiais militares, não existe nenhum trabalho preventivo para controlar os sintomas mais iminentes já no início de seu aparecimento, tampouco evitá-los. A pesquisa feita pelo Fantástico, em 2019, indicou que no Rio de Janeiro existiam 93 psicólogos em seu quadro de saúde, com uma média de dois psicólogos para cada 1.000 policiais militares, e somente dois médicos psiquiatras para o atendimento da classe de trabalhadores de todo o estado, o que torna irrealizável o atendimento e acompanhamento psicológico de toda a classe profissional. Segundo Oliveira e Santos (2010), essa assistência psicológica somente vai ocorrer quando o profissional policial se dá conta de algum sintoma latente, porém as autoras afirmam que muitas vezes essa iniciativa não acontece por medo e preocupação do afastamento de suas funções, esse procedimento não é bem-visto no meio policial.

Segundo uma entrevista realizada com um soldado da Polícia Militar afastado por transtorno mental, transmitida ao programa Fantástico em 2019, o mesmo cita que após o seu adoecimento, experienciou diversos tipos de discriminações e, além disso, “punições veladas”. Houve o afastamento das suas funções para a realização de serviços internos, como “limpar fezes de animais” e ainda “cortar plantas com os presos”. Ele descreve essas ações como humilhantes e geradoras de uma piora no seu quadro de adoecimento. Outro ponto destacado nos estudos de Minayo e Souza (2005) é a forma como o encaminhamento psicológico é feito, o qual fere os princípios de independência e confiabilidade tanto da medicina como da psicologia, uma vez que a permissão para o atendimento tem de passar pelo julgamento de comandantes, mesmo com indicação médica. Dessa forma, percebe-se que dentro do militarismo não existem políticas que valorizem o apoio ao cuidado com a saúde mental, ao mesmo tempo em que proponham à organização uma melhoria de qualidade de vida do policial militar. Lustosa e Gonçalves (2017) vão afirmar que uma das grandes dificuldades em relação à saúde mental na organização policial é a maneira que o tema é tratado e visto dentro da instituição, além dos riscos psicossociais aos quais os profissionais estão submetidos, devido à própria atividade policial. Outro possível fator de agravamento é a maneira com que as situações são tratadas dentro da corporação, indicando uma realidade possivelmente ainda mais dramática.

Conclusões

A presente pesquisa teve como objetivo central delinear os aspectos envolvidos na relação causal entre a atividade laboral do policial militar e a saúde mental, conseqüentemente a importância da valorização da saúde mental dessa classe de trabalhadores. Inúmeros aspectos da instituição policial militar mostram-se na literatura como cooperadores para a contingência de sofrimento psíquico, entre eles: a excessiva carga de trabalho, baixos salários, o rígido contexto pautado na disciplina e hierarquia, a realidade de violência cotidiana, o reduzido tempo para descanso e lazer, o distanciamento entre quem pensa e quem executa as ações e a ausência de reconhecimento da própria instituição e igualmente da sociedade para com os policiais. Essas questões colocam os policiais militares no centro de uma conjugação de forças, exigindo deles um verdadeiro e constante combate. Em decorrência disso são criados, pelos próprios trabalhadores, mecanismos defensivos que possam transformar a organização prescrita do trabalho.

Compreendendo que o sofrimento pode ter um papel de criação e modificação de vivências, o que aqui se propõe não é o alívio de sintomas, nem as doenças como centro da questão, deseja-se colocar em evidência que espaços de discussão dentro da instituição, além do acompanhamento e tratamento de saúde dos policiais, possam aplicar ao cotidiano deles experiências mais frequentes de bem-estar. A luz deve ser deslocada do tratamento de doenças, quando essas já estão instaladas, para a promoção e prevenção de saúde.

A instituição se revela integralmente adoecida, a mesma é historicamente produtora e reprodutora de relações de poder hierarquizadas e de dominação pela força e coação, ainda vivendo sobre os preceitos de uma polícia preparada e treinada para o combate de guerra, não a mediação de conflitos. Isso acarreta não somente aos policiais prejuízos, mas em toda a sociedade que é atravessada pela violência de todos os lados, inclusive da própria instituição policial, tal narrativa aparece como um revés na hora de valorizar e reconhecer esse profissional.

Os policiais carecem de se sentirem reconhecidos e valorizados dentro da instituição, já que a população por diversas vezes demonstra atitudes ofensivas em relação a essa classe. Conquanto os baixos salários, as punições arbitrárias e a sensação de ser desvalorizado pela Instituição Polícia Militar e pela sociedade cooperam para que o policial ocupe sua função desestimulado. Se de um lado existe uma instituição extremamente rígida, hierárquica, que

cobra e exige de seus profissionais disciplina e diversas condutas regulamentárias, do outro lado, existe uma população que na maioria das vezes enxerga esses profissionais como corruptos, e despreparados e, além disso, cobram e exigem a resolução de uma gama de conflitos existentes nas variadas camadas sociais. Contudo, faz-se de extrema relevância a consideração que por trás de tudo isso, tem um profissional, humano, dotado de subjetividade, com questões e demandas singulares e que muitas vezes se encontra em sofrimento.

Considera-se significativo, também, gerar conhecimento e compreensão dos processos de adoecimento no próprio trabalhador. O sofrimento policial, que também é mal conhecido pelos próprios policiais, é relevante para que o mesmo seja capaz de reconhecer os riscos e assumir, de alguma forma, responsabilidade na transformação dessa vivência de trabalho e na permanente busca por uma polícia de qualidade.

Referências

AMADOR, F. S. (2002). **Violência policial: Verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul, RS: Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Trabalho e saúde: considerações a respeito da categoria dos policiais militares**. O Alferes, Belo Horizonte, v. 15, n. 52, p. 47-60, jul./dez. 2000.

BARBARINI, N. **Trabalho bancário e reestruturação produtiva: implicações no psiquismo dos trabalhadores**. 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BARBOSA, Giselle; DE SOUZA, Adailma; SAMARIDI; Isadora. **Trabalho e saúde Mental: um estudo sobre adoecimento psíquico entre policiais militares**. Goiânia-GO, fevereiro, 2018.

DE BARCELLOS, J. A. P. **As condições e a organização de trabalho dos policiais militares que executam o policiamento ostensivo: um estudo de caso na Brigada Militar em Porto Alegre/RS**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1999.

Disponível em:

<<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2219/000270662.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de Novembro.

BICUDO, Hélio Pereira. **Violência – O Brasil cruel e sem maquiagem**. Edição Polêmica, Editora Moderna. 1994, São Paulo.

CODO, W. **Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer)**. In: TAMAYO, A.; BORGESANDRADE, J.; CODO, W. (Orgs.) Trabalho, organização e cultura. S.P.: Cooperativa de Autores Associados, 1987, p.21-40.

Como anda a saúde mental dos policiais brasileiros. Fantástico Programa de Tv exibido pela rede globo televisões. 15 de setembro de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/Dxtexzu0bcw> Acesso em: 01 de maio de 2021.

COSTA, A. T. M. **Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro** e Nova York. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DEJOURS, C. **Subjetividade, trabalho e ação**. Revista Produção, 14 (3), 27-34, 2004.

DEJOURS *et al.* **Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo**: Metodologia aplicada a um caso. In M. I. S. Betiol. (Ed.), Psicodinâmica do trabalho – Contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho (pp. 67-118). 1994, São Paulo, SP: Atlas.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

FREITAS, Maria de Fátima Quintal de; PERES, Marcos Roberto de Souza; GOEDERT FILHO, Valdir. **Dimensões da prática cotidiana e (des)humanização do policial militar**. *Psicol.educ.*, São Paulo, n.41, p.51-64, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752015000200004&lng=pt&nrm=iso. acesso em 29 mar. 2020. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20150014>.

HOLLOWAY, T.H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LANCMAN, S.; JARDIM, T. A. **O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 82-9, maio/ago., 2004.

LUSTOSA, D. B; GONÇALVES, H. J.; **Psicologia na Polícia Militar: Desafios do âmbito da cultura organizacional**. Rev. Psicologia: Saúde Mental e Seg. Pública, B Hte., 6, 35-50, jan./jun. 2017.

MINAYO, M. C. S., SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P., coords. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de**

- Janeiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p. ISBN 978-85-7541-339-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>
- MIRANDA, Dayse. A, **Porque policiais se matam?** Rio de Janeiro, Mórula, 2016.
- MOREIRA, F. H. *et al.* **De elemento cidadão: Transformações no cotidiano do policial militar.** Cadernos Psicologia Social do trabalho, São Paulo, p. 25-38, 1999.
- OLIVEIRA, Katya Luciane de. SANTOS, Luana Minharo dos; **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.** Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, Dec. 2010.
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso>. access on 10 Apr. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>.
- POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO. Site. Disponível em: <www.policiamilitar.gov.rj.br>. Acesso em: 10 out. 2020.
- SANTOS, R. B., HAUER, R. D., FURTADO, T.M. **O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: Revisão de literatura.** Revista gestão e saúde, 2019; 14-27 Disponível em <http://www.herrero.com.br/files/revista/file5dfa2537646329c3af309b8cb4672fc0.pdf>
Acesso em: 29 de Março de 2020.
- SETTE CÂMARA, P. **Reflexões sobre segurança pública.** Belém: Universidade da Amazônia, 2002.
- SILVA, Natália Nogueira da. **Polícia Militar, produção de subjetividade e saúde mental: Uma revisão de literatura.** 2014. 63 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Saúde Pública, ENSP, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho.** Ciência & saúde coletiva, v.10, n.4, out./dez. 2005.
- SPODE, C. B. (2004). **Ofício de oficial: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e Trabalho.** Porto Alegre: Ortiz, 1994.
- VALLA, W.O **Aspectos da deontologia Policial Militar São Paulo,** Revista Psicologia n: 23, p.47-60, jul/ago/set 1999.